

BOLETIM

ANO VI | Nº046 | DEZEMBRO | 2006

ADVOCEF

Balanco de

2006

Advogados apontam os fatos marcantes do ano

ISSN 1805273



ADVOCEF
Juristantum

O direito à tutela judicial efetiva
Wilson de Souza Malcher

Altair Rodrigues de Paula **6**
analisa a atuação da ADVOCEF

Advogados eleitos falam **10**
de seus planos na OAB

E para que 2007 seja melhor na avaliação de alguns ou menos ruim aos olhos de outros, cabe-nos a parcela individual e intransferível nos esforços para que assim seja

Novo ano ou ano novo

Final de ano é o momento já consagrado aos tradicionais e sempre bem-vindos balanços individuais e coletivos.

O que se fez de bom neste ano que se exaure. O que poderíamos ter feito melhor e não conseguimos. O que não gostaríamos de voltar a fazer. Como amplificar as conquistas e abafar as frustrações que desfilaram no calendário que se esgota.

Mas afinal, o que difere este ano dos outros tantos que o antecederam e os muitos que almejamos estejam ainda por vir?

Nada se repete, tudo se renova, especialmente a partir de nossos desejos, projetos e autocritica constante.

A última edição do Boletim de 2006 traz uma pequena mas consistente avaliação do ano.

Apresentamos o olhar de diversos colegas, seres humanos e profissionais integrantes do todo e indivíduos únicos, com suas impressões, sensações e realidades, excertos e peças integrantes das engrenagens de muitos universos.

Como um chamado à auto-avaliação, este número convida todos à refle-

xão consciente acerca do valor e da importância de todos e de cada um, como parcelas de um grande e inconfundível conjunto, que jamais se repetirá.

Também os dirigentes da ADVOCEF trazem nestas páginas sua avaliação sobre os principais fatos deste ano, como sincera prestação de contas institucional.

O Boletim, juntamente com seus leitores, busca com esta edição resgatar um pouco das tantas notícias, fatos e comentários que ilustraram suas páginas durante este 2006 que, se não foi ótimo, tampouco haverá de merecer o título de péssimo.

E para que 2007 seja melhor na avaliação de alguns ou menos ruim aos olhos de outros, cabe-nos a parcela individual e intransferível nos esforços para que assim seja.

Que todos sejamos mais felizes e plenos de satisfação e de graça nos próximos doze meses, energizados pelos que conosco trilham estes caminhos de vida e de justas lutas.

Diretoria Executiva da ADVOCEF



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA | **Presidente:** Altair Rodrigues de Paula (REJUR/Londrina) | **Vice-Presidente:** Sílvia do Lago Padilha (REJUR/Belo Horizonte) | **1º Tesoureiro:** José Carlos Pinotti Filho (REJUR/Londrina) | **2º Tesoureiro:** Patrícia Raquel Caires Just Guadanhim (REJUR/Londrina) | **1º Secretário:** Marisa Alves Dias Menezes (JURIR/São Paulo) | **2º Secretário:** Henrique Chagas (REJUR/Presidente Prudente) | **Diretor Regional Norte:** Liana Cunha Mousinho Coelho (JURIR/Belém) | **Diretor Regional Nordeste:** Maria dos Prazeres de Oliveira (JURIR/Recife) | **Diretor Regional Sudeste:** Sonia Lucia dos Santos Lopes (JURIR/Rio de Janeiro) | **Diretor Regional Centro-Oeste:** Gustavo Adolfo Maia Júnior (JURIR/Brasília) | **Diretor Regional Sul:** Mariano Moreira Júnior (JURIR/Florianópolis)

REPRESENTANTES JURÍDICOS 2006/2007 | **JURIR/AJ:** João Batista Barbosa Arruda; **JURIR/BU:** Henrique Chagas; **JURIR/BE:** Renato Lobato de Moraes; **JURIR/BH:** Simone Solange de Castro Rachid; **JURIR/BR:** Gustavo Adolfo Maia Júnior; **JURIR/CP:** Flávia Elisabete de Oliveira Fidalgo Souza Karrer; **JURIR/CG:** Cleonice José da Silva Herculanio; **JURIR/CB:** Gustavo Eduardo Reis de Siqueira; **JURIR/CT:** Jayme de Azevedo Lima; **JURIR/FL:** Marcelo Oscar Silva Santos; **JURIR/FO:** Adonias Melo de Cordeiro; **JURIR/GO:** Ivan Sérgio Vaz Porto; **JURIR/JP:** Fábio Romero de Souza Rangel; **JURIR/ME:** Carlos André Canuto; **JURIR/MN:** Alcefredo Pereira de Souza; **JURIR/NA:** Carlos Roberto de Araújo; **JURIR/PO:** Jaques Bernardi; **JURIR/PV:** Cláudia Elisa de Medeiros Teixeira; **JURIR/RE:** Paulo Melo de Almeida Barros; **JURIR/RJ:** Leonardo Faustino Lima; **JURIR/SA:** Jair Oliveira Figueredo Mendes; **JURIR/SL:** Samarone José Lima Meireles; **JURIR/SP:** Marisa Alves Dias Menezes; **JURIR/TE:** Renato Cavalcante de Farias; **JURIR/VT:** Rodrigo Sales dos Santos; **DIJUR/GERID:** Edson Pereira da Silva; **GEAJU:** Elisia Souza Xavier; **GETEN:** Eduardo Pereira Bromonschenkel; **REJUR/CV:** Roseli Aparecida Betttes; **REJUR/LD:** Daniela Pazinato; **REJUR/JF:** Josiane Mendes Gomes Dias Pinto; **REJUR/MR:** José Irajá de Almeida; **REJUR/NT:** Carolina Bastos Lima; **REJUR/NH:** Aline de Lima Riccardi; **REJUR/PF:** Clarissa Pires da Costa; **REJUR/RP:** Sandro Endrigo de Azevedo Chiaroti; **REJUR/SR:** Cleusa Maria de Jesus Arado Venâncio; **REJUR/UB:** Luciola Parreira Vasconcelos; **REJUR/VR:** Aldir Gomes Selles.

CONSELHO DELIBERATIVO | **Membros Efetivos:** Darli Bertazzoni Barbosa (Londrina), Renato Luiz Harmi Hino (Curitiba), Isabella Gomes Machado (Brasília), Luis Fernando Miguel (Porto Alegre) e Bruno Vicente Becker Vanuzzi (Porto Alegre) | **Membros Suplentes:** Luciano Paiva Nogueira (Belo Horizonte), Marcelo Dutra Victor (Belo Horizonte) e Alfredo Ambrósio Neto (Goiânia).

CONSELHO FISCAL | **Membros Efetivos:** Paulo Roberto Soares (Brasília), Rogério Rubim de Miranda Magalhães (Belo Horizonte) e Julio César Hofman (Maceió) | **Membros Suplentes:** Ivan Sérgio Vaz Porto (Goiânia) e Eber Saraiva de Souza (Cuiabá).

CONSELHO EDITORIAL | Altair Rodrigues de Paula e Roberto Maia | **Jornalista responsável:** Mário Goulart Duarte (Reg. Prof. 4662) - E-mail: mggoulart@uol.com.br | **Projeto Gráfico:** Marcelo Torrecillas | **Editoração eletrônica:** José Roberto Vazquez Elmo | **Capa:** Eduardo Furasté | **Ilustrações:** Ronaldo Selistre | **Tiragem:** 1.200 exemplares | **Impressão:** Gráfica Almeida | **Periodicidade:** mensal

Endereço em Brasília/DF: SBS, Quadra 2, Lote 1, BL S, Sala 1205 | Edifício Empire Center | CEP 70070-100 | Fone (61) 3224-3020 | E-mail: advocéf@ipresto.com.br | Secretária: Priscila Christiane da Silva.

Endereço em Londrina/PR: Rua Santa Catarina, 50 / sala 602 | CEP 86.010-470 | Fone (43) 3323-5899 | E-mail: advocéf@advocéf.org.br | Secretárias: Tatiane Stabile Dantas Buzinaro e Ivete Augusta Pereira | Auxiliar Administrativa: Thaís Bender.

Balanço de 2006

Advogados da CAIXA analisam suas realizações no ano que passou

Um trabalho que deu satisfação este ano para Marcelo Eduardo Carneiro, da REJUR/São José dos Campos, foi participar do projeto Sub Judge, da EMGEA, na 1ª Vara Federal em Guaratinguetá/SP. O advogado aprovou a condução e o aspecto social do resultado, "no sentido de ver a gratidão dos mutuários que conseguiram resolver definitivamente seus problemas com o financiamento habitacional".

André Cardoso da Silva, do JURIR/São Paulo, advogado da CAIXA desde agosto deste ano, gostou de realizar sustentação oral no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. É um ato processual, explica, "que por si só demonstra um zelo todo especial com os interesses da CAIXA, aliado à



possibilidade de reforçar pontos apresentados no recurso ou nas contra-razões de recurso".

Josiane Dias Pinto, representante da ADVOCEF na REJUR/Juiz de Fora, ganhou ânimo em 2006 por ter desenvolvido um bom trabalho na sua área, que rendeu até um elogio da parte de um magistrado. "Contudo, aquela sensação de que a dedicação dispensada não é reconhecida internamente continua presente", diz ela.

Este ano, o JURIR/Manaus, como as demais unidades, esteve voltado para a realização de acordos e finalização de demandas antigas. Roberta Mariana Corrêa descreve: "Foi muito bom perceber como o trabalho em equipe mudou

Presentes de Natal

O que os advogados gostariam de ganhar de Papai Noel

André Cardoso da Silva já ganhou o seu presente, em julho de 2006, "uma espécie de tutela antecipada natalina", quando recebeu o telegrama da CAIXA para assumir o cargo de advogado júnior. Outro presente seria "ver meu 'pai-herói' voltar a andar e falar normalmente, pois na véspera do Natal de 2003 ele foi acometido por um derrame e teve o lado direito do corpo paralisado".

Josiane Dias Pinto aspira que "neste Natal, meu empregador CAIXA bem que poderia me dar um computador, porque, atualmente, trabalho com o computador de uma estagiária, emprestado. Eu até tinha um (daqueles antigos), mas aconteceu de um dia ele não mais funcionar".

Jussara Regina de Freitas gostaria de ganhar o "Código de Processo Civil", de Nelson Néri, e uma agenda jurídica.



Aldir Selles deseja manter o respeito de seus pares e conquistar novos amigos.

Manoela Gaio Pacheco informa que trabalha há um ano na REJUR/Cascavel, com "uma equipe maravilhosa". "Nesse passo, o que posso pedir de Natal é que possamos ano que vem prosseguir nessa caminhada de busca do bem comum."

Marcelo Carneiro gostaria de receber muita saúde e sabedoria para educar a filha "no temor a Deus e na fé cristã" e cumprir com amor e dedicação os deveres de pai, esposo e advogado. Deseja também ter qualidade de vida no trabalho.

Marisa Menezes: "Neste Natal gostaria de ganhar de presente a franqueza nos diálogos e a sinceridade de intenções nos relacionamentos humanos."

Roberta Corrêa espera repetir, em Belo Horizonte, a excelente experiência vivida no JURIR/Manaus.

"Estou muito satisfeita e orgulhosa de fazer parte de uma empresa com 145 anos de história, cuja missão é promover a melhoria da qualidade de vida da sociedade."

Manoela Gaio Pacheco

uma realidade, transformando a imagem da CAIXA perante o Judiciário, a classe jurídica e as pessoas em geral, e também a imagem do Jurídico perante a rede".

Admitida na unidade em abril de 2005, Roberta enaltece os colegas: "São preciosos profissionais e, em especial, amigos, dos quais sentirei

muita falta. Viveram comigo o momento mais feliz da minha vida: a chegada do meu filho Thiago". Ela vai acompanhar o marido, militar, que se transfere para Minas em janeiro de 2007.

Defesa da empresa pública

Aldir Selles, representante da ADVOCEF na REJUR/Volta Redonda, diz que, excluindo "os prazos desesperadores e os sistemas que provocaram muito desgosto e desgaste", em geral fica satisfeito com o seu trabalho. "Tenho muito orgulho de conseguir realizá-lo e, eventualmente, ser aquinhado com o êxito nas ações. Em alguns momentos, também, conseguir 'vender' uma tese de defesa da CEF, para os magistrados que julgam os feitos, me dá uma intensa e insubstituível satisfação." En-

tre os destaques de sua unidade no ano, Aldir aponta o trabalho intenso para reduzir as hipóteses de terceirização, com "apreciável êxito, apesar da eventual sobrecarga dos advogados".

No mesmo Jurídico, admitida em maio deste ano, Jussara Regina de Freitas, que trabalha com quase todos os acervos, tem maior afeição pelo que trata da Responsabilidade Civil.

"Tudo passou, tudo passa, mas a família sólida, firmada no temor a Deus é a rocha que nos abriga e nos mantém seguros."

Marcelo Eduardo Valentini Carneiro

O que marcou

Acordos, mobilização dos advogados e a unificação das carreiras profissionais foram destaques em 2006, na opinião dos advogados da CAIXA.

O movimento dos profissionais foi importante, na opinião de Marisa Menezes, "porque deu início a um período novo, de reivindicações alicerçadas em medidas mais concretas". Josiane Pinto endossa o destaque, mas não está otimista: "É certo que o movimento foi desmantelado, reflexo da desunião e imaturidade da classe".

"Sem adentrar no mérito da questão", Marcelo Carneiro diz que um episódio marcante foi a implantação do novo Plano de Cargos e Salários. André da Silva cita a unificação das carreiras profissionais, "especialmente por se tratar de um antigo pleito da categoria".



Manoela Pacheco: bonita caminhada rumo aos acordos

Aldir Selles escolhe o deferimento de alçada para decidir sobre recursos. "Acredito que isto foi útil para confirmar a boa reputação da advocacia da CEF, afastando a possibilidade de sermos tidos como 'chicaneiros', aventureiros e proteladores da realização do ideal da justiça célere."

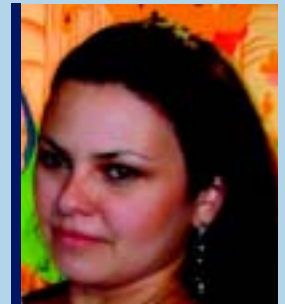
A postura de acordos assumida pela CAIXA no ano que passou também foi ressaltada. Manoela Pacheco nota que, nessa "bonita caminhada", a CAIXA ganha maior credibilidade no Judiciário e na sociedade. Roberta Corrêa lembra que, embora já implementadas desde o ano passado, as súmulas da GETEN tiveram papel fundamental no processo.

Não houve guerra

No Direito em geral, Marisa Menezes cita a campanha eleitoral da OAB/SP, "que escancarou o uso político da entidade pelo atual presidente, que, divulgando uma, assim chamada, lista negra, leiloou a imagem da entidade e dos profissionais éticos que compõem seus quadros".

Um fato positivo, para Aldir Selles, é a busca de maior celeridade no processamento dos feitos. "Vejo, entretanto, como negativo que o caminho tem sido na direção de dar mais poder aos juizes, removendo-os da inércia proces-

sual clássica, em condição tal que, freqüentemente, os magistrados induzem ou orientam a parte a buscar caminhos alternativos."



Josiane Pinto: o movimento foi desmantelado

André da Silva refere o episódio em que a Bolívia decidiu nacionalizar suas reservas de gás natural. O fato, lembra, gerou "uma situação de incerteza jurídica sem precedentes na história dos contratos internacionais". André avalia que o governo "deu uma aula de relações diplomáticas pacíficas, equilibradas, pautadas pelos princípios constitucionais". Apesar das pressões, não retirou embaixadores nem declarou guerra.

Para Marcelo Carneiro, foi importante a vigência da Lei nº 11.340, de 07/8/2006, que trata da violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha).

"A CAIXA é bem mais que um banco. Atua como braço social do governo no Brasil e, no exterior, empresta seu "know how" a países em desenvolvimento, fomentando, por exemplo, o sistema de saneamento básico na Nigéria."

Marisa Alves Dias Menezes

"É um instituto muito interessante, que causa muita polêmica e desperta no advogado a procura do entendimento de sua aplicação. Ou seja, em quais hipóteses o dano moral é realmente cabível?"

Segundo Jussara, através dessas ações aprendemos um pouco sobre o ser humano, suas ambições, interpretações divergentes sobre o mesmo fato. "Enfim, é um tema que sempre possibilitará conhecimento, seja no campo jurídico ou no campo social, e nos leva a indagar por que o ser humano dá tanta importância ao dinheiro."



Marisa Menezes: informar que a CAIXA é mais que um banco

Marisa Menezes, do JURIR/São Paulo, diz que lá todos se esforçam para cumprir metas. Conta que a de terceirização de audiências, por exemplo, já foi praticamente alcançada na coordenadoria trabalhista. "O trabalho que me deu maior satisfação este ano foi, justamente, o de defender esta empresa pública, que é de cada brasileiro e que faz parte da história desta nação", disse a diretora e representante da ADVOCEF em São Paulo.



Thiago Corrêa, mascote do JURIR/Manaus, no colo da mãe, Roberta Corrêa, ao lado de Kátia Nascimento e Alcefredo de Souza. De pé, da esq. para a dir.: Alirio Marques, Ildemar Egger, Alaim Stefanello e Anastácio Dutra Filho (técnico de fomento da Ag. Amazonas Shopping que deve assumir como advogado em janeiro de 2007).

O que não foi possível

Aldir Selles não conseguiu, este ano, revisar as peças de defesa da CAIXA referentes ao SFH usadas por ele, principalmente as do FCVS, assunto "que é pouco entendido pelos juízes". Aldir acha que as peças podem ser melhoradas, esmiuçando por exemplo a depuração dos contratos, entre outros aspectos. Pretende fazer isso no próximo ano.

"Todo trabalho é importante, pois quando o profissional realiza uma atividade o faz com garra, na esperança de que o resultado seja alcançado."

Jussara Regina dos S. de Freitas

André da Silva, em razão do pouco tempo de CAIXA, ainda não pôde criar um "banco pessoal de jurisprudência", dividido por tribunal e juízo de origem, matéria e evolução cromo-

lógica. O "banco", no futuro, seria digitalizado e disponibilizado na rede, para o Jurídico.

Um trabalho que Marisa Menezes gostaria de ter realizado é "disseminar a informação de que a CAIXA é bem mais que um banco, é um conglomerado cuja maior missão é viabilizar projetos e políticas públicas, atuando como braço social do governo no Brasil e como agência brasileira no exterior, onde empresta seu "know how" a países em desenvolvimento, fomentando, por exemplo, o sistema de saneamento básico na Nigéria".

André da Silva: um banco pessoal de jurisprudência



Um ano de lutas

Presidente da ADVOCEF diz que experiências do ano vão definir as prioridades de 2007

Os objetivos não foram todos atingidos, mas houve avanços, contabiliza o presidente da ADVOCEF, Altair Rodrigues de Paula. No balanço do ano, nesta entrevista, Altair destaca a disposição plena da entidade para a negociação, juntando-se ao movimento de bancários e profissionais da CAIXA. "Toda a atuação da ADVOCEF esteve pautada na busca de nossos interesses", ressalta. O presidente afirma que a experiência obtida será importante, no próximo ano, para fixar prioridades e metas com antecedência e maior profundidade.

Leia a entrevista:

BOLETIM DA ADVOCEF - Como foi o ano para a entidade e seus associados?

ALTAIR RODRIGUES DE PAULA - Foi um ano de grandes lutas para todos os advogados e sua Associação. Embora não tenhamos atingido plenamente os nossos objetivos, acredito que tivemos avanços significativos. Toda a atuação da ADVOCEF esteve pautada na busca de nossos interesses.

BOLETIM - Quais foram as realizações mais importantes?

ALTAIR - A participação da ADVOCEF em todos os canais abertos à negociação, com o estreitamento das relações com as demais entidades representativas de empregados, sindicatos, federações e, em especial, com as entidades co-irmãs. Um destaque para o elevado nível de relacionamento com a Diretoria Jurídica da CAIXA, numa relação pautada pela franqueza e sensibilidade aos anseios de nossos representados, não obstante os dificultadores das demais instâncias decisórias.

BOLETIM - O que fica de frustração por não ter se realizado?

ALTAIR - O aprimoramento do processo de unificação das carreiras profissionais, cuja condução e modo de aplicação, pela CAIXA, frustraram as expectativas de boa parcela dos advogados e demais destinatários.

BOLETIM - O que se pode anunciar para o próximo ano?



Altair: participação em todos os canais de negociação

ALTAIR - A ADVOCEF pretende valer-se de toda a experiência obtida com esses eventos para, com antecedência e maior profundidade, fixarmos nossas prioridades e definirmos metas para avançar em direção de nossos objetivos.

BOLETIM - O que gostaria de acrescentar para a categoria?

ALTAIR - Agradecer aos colegas que encaminharam contribuições, apoios e críticas à atuação da ADVOCEF. A participação de nossos associados na comunicação com sua entidade permite a revisão e o aprimoramento de nossos posicionamentos, propiciando o crescimento e o aprendizado constantes.

Direitos garantidos

ADVOCEF busca a Justiça para viabilizar a unificação da carreira

A ADVOCEF está ingressando na Justiça do Trabalho para defender os direitos dos advogados que decidiram migrar para o plano de unificação da carreira profissional da CAIXA. A medida visa impedir que a migração implique em renúncia aos direitos trabalhistas e em opção obrigatória ao Novo Plano da FUNCEF.

O prazo para adesão ao Novo Plano encerrou-se em 30/11/2006. Conforme aviso disponibilizado pela ADVOCEF em seu site, a migração para o plano de unificação da carreira estancará eventuais passivos trabalhistas a partir de 01/01/2007, mantendo-se em discussão judicial apenas os direitos anteriores a essa data.



Para viabilizar a adesão à unificação, pleito antigo da categoria, a ADVOCEF se dispôs a ajuizar ações representando os associados que pretendem aceitar a proposta da CAIXA sem desistir de eventuais ações trabalhistas e sem aderir compulsoriamente ao saldamento e ao Novo Plano.

A grande disposição dos advogados para entrar na Justiça, de forma particular e através da ADVOCEF, mostra o grau de insatisfação com a situação atual, observa o presidente da ADVOCEF. Altair Rodrigues de Paula disse que a entidade tomou as medidas necessárias, em tempo hábil, para garantir os direitos dos associados.

Público x privado

Éder Maurício Pezzi López (*)

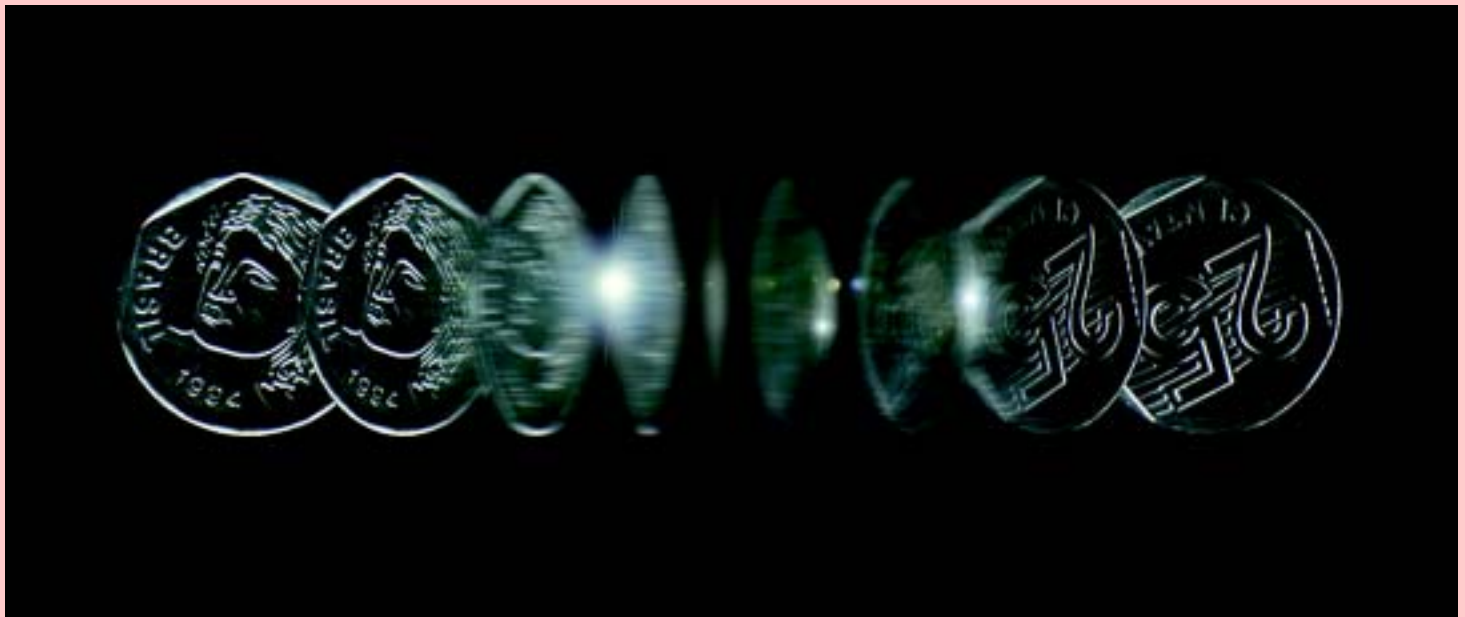
Que a nossa vida é feita de dualidades, não há dúvidas. Noite-dia, quente-frio, homem-mulher, feio-bonito, seco-molhado, amor-ódio. Sempre há quem argumente que em tudo existe um tertium genus, um meio-termo, mas o próprio fato de estar no meio já é estar dentro da dualidade. O morno é um quente que ainda não virou frio. O úmido é um molhado quase seco. E assim vai.

Um fato que tem me inquietado ultimamente é a questão da dicotomia público-privado. O tema não é nada novo, mas, em tempos de CPIs e mensalões, torna-se evidente que algumas pessoas

versa. Por exemplo, a propriedade privada atenderá a sua função social, que é de natureza pública. O patrimônio público, da mesma forma, atenderá aos interesses cidadãos, os particulares, os privados.

Mas, afinal, o que é público? O que é privado? Será que privado é o que é só meu? O cargo de um promotor público é só dele, mas se ele se aposentar, ficará privado de exercê-lo, ficando ele vago ao público. Mas esteja certo de que boa parte da prova do concurso público versará sobre direito privado! E não se esqueça de estudar a nova lei das parcerias público-privadas!

conjunto dos privados, ou, em outras palavras, o público, em sendo de todos, é de cada um. E isso não no sentido dos mensaleiros do Congresso, mas como sendo a coisa pública algo efetivamente a ser cuidado e zelado por todos, já que todos são os que, em alguma medida, pagam a conta. Cada centavo do erário público que não chega ao seu destino representa menos investimento em educação, saúde, desenvolvimento, etc., acarretando, sem piedade, mais carga tributária (a grana sempre sai do privado). Na verdade, todos nós pagamos por cada folhinha de papel da nos-



ainda não entenderam bem a diferença; ou melhor, não quiseram entender. No entanto, sem justificar essas propositadas confusões, não dá para negar que a questão é entruncada mesmo.

A CAIXA, por exemplo, é uma empresa pública, mas com um regime de direito privado. Outro dia respondi a um mandado de segurança, onde alegavam que o gerente era autoridade pública. Ficou demonstrado que o ato dele era de natureza privada, e a ação dos caras foi parar na privada, não literalmente, é claro. Mas se o fosse, seria provavelmente na privada de um banheiro público.

Talvez essa dualidade, como todas as outras, seja algo como o yin-yang, uma coisa que tem um pingo da outra, e vice-

Se privado é o que é meu, será que público é o que não é de ninguém? Vejamos outro exemplo: o nosso astronauta brasileiro gastou 40 milhões de reais e 6 grãos de feijão para ir plantá-los no espaço. Ninguém achou muito, porque o dinheiro era público mesmo, de ninguém. O problema é que na hora de pagar o imposto (para pagar a viagem do cara), qualquer valor é um absurdo, pois, afinal, "o dinheiro do contribuinte é privado"! E o mais engraçado é que o nosso viajante, depois de se tornar um homem público (com a nossa grana), pediu aposentadoria e se mandou para a iniciativa privada!

Talvez a questão fundamental seja ver que o público nada mais é do que o

sa empresa pública que é usada para fins privados.

Ora, se falam em PIB e renda "per capita", é porque a minha cabeça tá lá no meio, contando, e o que é meu não pode ser tratado como se fosse de ninguém. Ao invés de usar o nosso dinheiro público para plantar feijão no espaço, que plantem educação, saúde e desenvolvimento aqui mesmo, que é do que realmente precisamos. A propósito, falar nisso lembrou-me de outra importante dualidade, a do feijão-com-arroz, que espero compartilhar com a Adriana quando chegar em casa. Em privado, é claro.

(*) *Advogado da CAIXA em Porto Alegre/RS*

ADVOCEF, CENA JURÍDICA

A súmula vem aí

1 Espera-se da súmula vinculante, aprovada em 2/12, que possa reduzir os 35 milhões de processos que congestionam os tribunais, baixando a média atual de oito anos de duração até a sentença final.

2 O excesso de processos não significa amplo acesso ao Judiciário, ressalta o secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Pierpaolo Bottini. "Poucas pessoas usam demais os tribunais", informa. A maioria das causas envolve, pela ordem, o poder público, as concessionárias de serviços públicos (companhias telefônicas, principalmente) e os bancos.



Sérgio Tejada: a CAIXA gasta R\$ 1.200 por ano

autora ou ré. São um milhão de processos, R\$ 1,2 bilhão por ano. É claro que vai ganhar muitos deles, mas também perderá outros. É preciso ver o custo benefício e não insistir nas causas perdidas, para centrar nos grandes casos."

3 Segundo o jornal O Estado de S. Paulo, o problema não está na estrutura da Justiça brasileira. "O número de juizes em comparação à população se enquadra nos padrões de países desenvolvidos. O total de recursos disponíveis - 3,5% do orçamento público anual - é até maior do que o de algumas nações européias."

4 Um dos fatores que mais contribuem para a lentidão dos processos são os recursos, diz o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, Sérgio Tejada. "A Caixa Econômica Federal gasta R\$ 1.200 por ano em cada processo em que é

Expurgos inflacionários

Segundo o jornal Valor Econômico, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vai publicar até o final do ano uma portaria para desistir de recorrer em todas as disputas sobre expurgos inflacionários já reconhecidos pela jurisprudência do STJ. O ato deve abranger todas as ações sobre a aplicação de índices inflacionários anteriores a 1992 reconhecidos pelo manual de contabilidade do Conselho da Justiça Federal.

Dia da Conciliação

No final do Dia Nacional da Conciliação, em 8 de dezembro, foram contabilizadas mais de 50 mil audiências em todo o país, com obtenção de acordos em 54% dos casos, no total de 27.211. Ao todo, 56 tribunais estaduais, federais e trabalhistas participam dos mutirões de conciliação, em 550 cidades do país. A taxa média brasileira de conciliação dos litígios varia entre 30% e 35%. O ideal, pretende o Conselho Nacional da Justiça, chega a 70%.

Efeito estufa

Quer compensar os danos causados à natureza pelo efeito estufa? Especialistas calcularam para a revista Veja quantas árvores são necessárias para neutralizar as seguintes atividades:

- manter um laptop ligado oito horas por dia, durante um ano: 1 árvore
- manter uma televisão ligada seis horas por dia, durante um ano: 1 árvore
- manter o ar-condicionado ligado oito horas por dia, durante um ano: 7 árvores
- iluminar os postes de um quarteirão, durante um ano: 11 árvores.

Conciliação, antes

O STJ rejeitou a proposta de criação de um Centro de Conciliação do tribunal, apresentada pela ministra Nancy Andrighi. Os ministros entenderam que a conciliação deve ser feita em primeira instância. Andrighi pretendia diminuir o número de processos recebidos pelos ministros, lembrando os bons resultados em São Paulo. O ministro Castro Meira defendeu que se deve buscar uma alternativa. Citou o exemplo dos Estados Unidos, onde as conciliações acontecem antes do processo judiciário.

CDC e o intermediário

O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável nos contratos que financiam capital de giro a empresas, porque neles o consumidor é identificado como "intermediário" e não "final", como determina o CDC. Com esse entendimento, o ministro Hélio Quaglia Barbosa, do STJ, rejeitou um agravo de instrumento da Embrasil - Empresa Brasileira Distribuidora Ltda., que tentava revisar financiamento negociado com o Unibanco. Há exceções, segundo o relator, nos casos em que determinados consumidores intermediários demonstrem "a vulnerabilidade técnica, jurídica ou econômica" em seus contratos. (Fonte: STJ)

Ditado popular

"Enquanto limpa as gavetas no Ministério da Justiça, Márcio Thomaz

Bastos tenta, discretamente, influir na própria sucessão. Dias atrás, disse que 'o futuro a Sepúlveda pertence', externando o desejo de ver o ex-presidente do Supremo em seu lugar." (Fonte: coluna Painel, da Folha de S. Paulo de 3/12.)



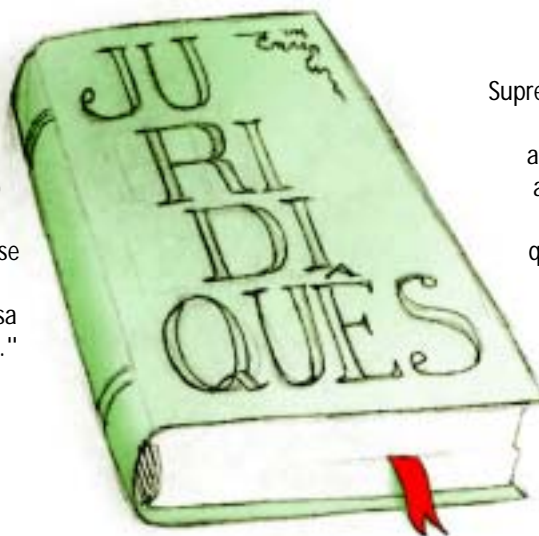
Quem mandou estudar

O desembargador Carlos Teixeira Leite Filho, do Tribunal de Justiça de São Paulo, comentou o corte de seu salário no artigo "Quem mandou estudar?" publicado na revista *Consultor Jurídico*. Reclamou que, com tantas benesses "em outras estruturas da sociedade", o que se divulga é um magistrado com mais de 20 anos de experiência ganhar R\$ 25 mil (brutos) por mês. "Isso é mesquinho, é pequeno e, ousou afirmar, muito sério. Deveria provocar muito mais inquietação do que convênia."

Mais juridiquês

1. Pelo estilo

O historiador Boris Fausto cita um episódio que corrobora a tese que considera a fala prolixa de Rui Barbosa uma das vertentes do juridiquês. Conta que encontrou um advogado, companheiro de trabalho, lendo um "alentado volume" do jurista baiano. "Como eu lhe perguntasse se tinha interesse especial no assunto, respondeu que nem tanto: lia qualquer coisa escrita pelo mestre, para aprimorar o estilo."



2. Consangüinidade

De uma circular do Banco Central do Brasil, segundo o site Jus Navigandi: "Os parentes consangüíneos de um dos cônjuges são parentes por afinidade do outro; os parentes por afinidade de um dos cônjuges não são parentes do outro cônjuge; são também parentes por afinidade da pessoa, além dos parentes consangüíneos de seu cônjuge, os cônjuges de seus próprios parentes consangüíneos".

3. A propósito

Pérola do então ministro Nélson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, criticando justamente o excesso de formalismo processual: "Os adjetivos podem vir, mas que se separem os adjetivos e os advérbios de modo, para que fiquemos com o substantivo. E o Tribunal quer decidir substantivos, não propriamente adjetivos, nem advérbios de modo. Vamos reduzir, digamos, a liturgia da adverbiação para caminharmos para o compromisso da substantivação".

4. Nada de latim

Segundo a jornalista Marcella Centofanti (que assina reportagem sobre a advocacia paulistana na Veja São Paulo de novembro), com a nova leva de advogados, nada de citar Cícero em latim. "Data venia, a expressão da moda, nos megaescritórios, é 'one stop shop'. Ou seja, em um lugar só, os clientes têm a conveniência de ser assessorados em todas as áreas", traduz a advogada Claudia Prado, do escritório Trench, Rossi e Watanabe.

Eleitos para a OAB

A importância de representar a CAIXA na Ordem dos Advogados

Os advogados Bruno Vaz de Carvalho (RJ), Cláudio Gonçalves Marques (MG), Gilmar Zumak Passos (ES) e Niso de Sousa e Silva Filho (PI) são os representantes da CAIXA vitoriosos nas eleições para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) ocorridas em novembro. Eles vão compor os conselhos estaduais de seus Estados no triênio 2007/2009. Da CAIXA, concorreram 16 advogados de 11 unidades jurídicas de diversas regiões.

No pleito, foram também eleitos os 81 conselheiros federais (que irão escolher, em fevereiro de 2007, o próximo dirigente da entidade) e os 27 presidentes das seccionais. O percentual de renovação chega a 69,14%.

Gilmar Passos, do JURIR/Vitória, que ocupará o cargo pela terceira vez consecutiva, explica a importância de haver um advogado da CAIXA na OAB: os colegas ganham o respeito do meio jurídico e mais força para a conquista de seus objetivos.

Os advogados têm alguém para exteriorizar suas idéias, seus sucessos e eventuais insatisfações, acrescenta Niso Filho, do JURIR/

Teresina, um novato que vai integrar a Caixa de Assistência aos Advogados.

Cláudio Marques: representante de Minas Gerais

Bruno Vaz de Carvalho, do JURIR/Rio de Janeiro, que concorreu pela oposição, diz que a representação significa acesso a um foro privilegiado para discussões de interesses coletivos. Situações que repercutem na atuação profissional na CAIXA deixam de ser uma



questão interna, passam a configurar pauta de toda a categoria.

"Sempre me recordo de quando fui jogar uma pelada de final de semana com amigos que trabalham em grandes escritórios, como o Pinheiro Neto, Siqueira Castro, Sergio Bermudes, e eles se entreolharam com risos jocosos quando eu falei o número médio diário de publicações que o advogado da CAIXA recebia, como se eu fosse um Forrest Gump". O fato mostra, segundo Bruno, como a realidade da Empresa é desconhecida dos colegas de fora.

Pela advocacia pública

Como poucos, o advogado da CAIXA conhece as dificuldades da profissão, continua Bruno. Esse profissional leva para a OAB sua experiência com o excesso de prazos, a avaliação do atendimento nos cartórios, os atrasos em audiências. Ninguém como ele para tratar de questões como o respeito às prerrogativas, a importância de uma Ordem voltada à defesa da categoria e o reconhecimento do advogado.

Em troca, complementa Niso Filho, a OAB aprimora a parceria com a CAIXA, com intercâmbio de informações, incluindo as áreas de negócios, entre outras.

Sem ainda ter definido o cargo que vai ocupar, Bruno de Carvalho vai colaborar para que a gestão privilegie a defesa da paridade entre advogado, juiz e Ministério Público e a busca do respeito às prerrogativas. Pretende contribuir, principalmente, com questões ligadas à qualificação e aprendizado de advogados, estagiários e acadêmicos.

Gilmar Passos pretende atuar com as seccionais e o Conselho Federal na valorização da advocacia pública e na luta por melhores condições de trabalho e maior remuneração. "Já que a que vem sendo paga aos advogados empregados das empresas públicas e de economia mista não refletem o verdadeiro valor do profissional", conclui.

Niso Filho: ganho para o intercâmbio CAIXA-OAB



Os presidentes

Veja abaixo quem são os presidentes que irão dirigir as seccionais no próximo triênio.

Estado	Presidente eleito	Estado	Presidente eleito
Acre	Florindo Poersch	Paraíba	José Mário Porto
Amazonas	Aristófanos Astro Filho	Paraná	Alberto de Paula Machado
Alagoas	Omar Coelho	Pernambuco	Jayme Asfora
Amapá	Washington Caldas	Piauí	Norberto Campelo
Bahia	Saul Quadros	Rio de Janeiro	Wadih Damouz
Ceará	Hélio Leitão	Rio Grande do Norte	Paulo Eduardo Teixeira
Distrito Federal	Stefânia Viveiros	Rio Grande do Sul	Cláudio Lamachia
Espírito Santo	Antônio Augusto Genelhu	Rondônia	Hélio Vieira
Goiás	Miguel Ângelo Cançado	Roraima	Antônio Ferreira
Maranhão	José Caldas Góis	Santa Catarina	Paulo Borba
Mato Grosso	Francisco Anis Faiad	São Paulo	Luiz Flávio D'Urso
Mato Grosso do Sul	Fábio Trad	Sergipe	Henry Clay
Minas Gerais	Raimundo Cândido	Tocantins	Ercílio Bezerra
Pará	Ângela Sales		

ADVOCEF, JURÍDICO DIGITAL

NOTAS

Convênio imobiliário

O Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB) e a Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP) assinaram em 23 de novembro convênio que vai incentivar o uso da interconexão de dados dos registros imobiliários. A partir de agora, será possível a prestação de vários serviços pela Internet, com segurança e validade jurídica garantidas pela Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Chegada ao bit



Matéria publicada no site do STJ mostra os avanços do Judiciário na era digital, enquanto se espera a aprovação do projeto nº 5828. A segurança do sistema está

garantida pela certificação digital. Falta resolver a integração, que virá com a padronização. Uma equipe coordenada pelo STF desenvolve um sistema único que logo será disponibilizado para os tribunais. Comentário da ministra Ellen Gracie: "Vamos abandonar a era do átomo e ingressar no mundo do bit".

Certificação digital

A CAIXA vai emitir 74 mil certificados digitais para serem utilizados pelos magistrados e servidores da Justiça do Trabalho, Federal e tribunais superiores. Com as ações da certificação digital, que viabiliza os documentos eletrônicos e agiliza os processos, a CAIXA contribui para a modernização do Poder Judiciário.

Diário Eletrônico

Tem validade jurídica, desde 1º de dezembro, o Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região, que vinha sendo veiculado em caráter experimental desde 31 de outubro. Agora, ele substitui totalmente a versão impressa.

Toneladas de papel



A importância do processo virtual pode ser medida por estes números: a cada ano surgem quase 20 milhões de novos processos, volume equivalente a duas mil toneladas de papel, que exige o corte de 30 mil árvores. Em 2007, seis milhões (30%) de processos já deverão tramitar apenas em computadores. O secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, Sérgio Tejada, calcula que, quando adotado integralmente, o processo virtual economizará R\$ 800 milhões por ano. Cada processo de 60 páginas custa em média R\$ 40.

Processo virtual

A partir de 31 de março de 2007 o processo eletrônico será utilizado para todas as ações de competência dos Juizados Especiais Federais da Região Sul. A determinação do TRF da 4ª Região está na Resolução nº 75, publicada no Diário de Justiça da União em 16/11/2006. A decisão leva em conta o sucesso e a consolidação do sistema, a iminência da aprovação de projeto de lei no Congresso e a necessidade de ampliar a utilização do processo eletrônico.

Participação da CAIXA

Todos os aspectos do processo digital são acompanhados ativamente pelos advogados da CAIXA. No final de junho, 23 profissionais da Empresa assinaram a Carta dos Operadores de Justiça Virtual, redigida no encontro realizado em Brasília, com a participação de representantes da magistratura, ministério público, defensoria pública e advocacia pública e privada.



Alguns dos advogados da CAIXA presentes no Encontro dos Operadores de Justiça Virtual, a partir da esquerda: Rogério Spanhe (RS), Ricardo Siqueira (PE), Eduardo Vianna (RJ), Frederico Rennó (BR), Gabriel Godoy (SP), Thiago Paim (RJ), Adriane Kusler (RS), Rogério Alves (MA), Roberta Magalhães (SP), Gustavo Barros (PE), Mauro Sanábio (MG) e Gustavo Sabaini (MG).

Francisco Spisla (*)

Natal pagão

Confesso que nos últimos anos a época do Natal, para mim, não tem sido de muita alegria. Os contemporizadores de plantão já estão dizendo: "- Calma. É tempo de festa, de conagraçamento". Pois é. Mas me incomoda, como a muitos também, o motivo dessa festança toda. Lembro até do Natal passado quando foi pedido a um amigo uma crônica, e ele, gentilmente, declinou dizendo que do jeito que anda o Natal não se sentia nem um pouco animado para escrever nada. Talvez neste ano ele continue com o mesmo pensamento. E eu também ando assim. Não sei se os anos que me pesam nas costas é que estão provocando isso, mas talvez o saudosismo também tenha alguma coisa a ver. Mas me propus escrever algo porque, acima de tudo, alguém tem que lembrar como deve efetivamente ser o Natal e também para fazer uma catarse e não ficar estressado, já que o que podemos fazer fica restrito quase só à família e aos mais próximos.

Talvez seja muita pretensão, e talvez esteja sendo amargo demais com minhas observações, mas se não se contar o que se passava em outros tempos, ninguém saberá por que esta data se tornou uma festa pagã. E o irônico nisso é que a origem da comemoração nesta época do ano foi uma festa pagã. O cristianismo, como forma de seduzir, ou melhor, catequizar e angariar simpatia para sua mensagem, numa forma de sincretismo, utilizou a festa do deus Mitra que anunciava a volta do Sol em pleno inverno no hemisfério norte, como para dizer: "- Já que vocês adoram um ser inanimado, por que não adoram a Cristo, que é maior que o Sol e muito mais luminoso?" E assim foi, surgindo festas, encenações, árvores enfei-

tadas e o presépio, criado por Francisco de Assis, um xará meu lá dos idos de 1200, se bem que a única coisa que temos em comum é o nome, a santidade é só dele. E tudo isso para mostrar apenas uma coisa: a celebração da vida, através do nascimento de Jesus Cristo.

No meu tempo de infância, fazer o presépio e enfeitar a árvore era uma das maiores e melhores expectativas que tínhamos. Cortar pinheirinhos e catar barba-de-velho nas árvores hoje pode ser



entendido como atitudes antiecológicas, mas naquele tempo havia compensações, como realmente plantar outras árvores e não tirar além do necessário. Distribuir os personagens todos num estrado era o mesmo que brincar com os bonequinhos do forte apache, brincadeira amainada com a santidade da tarefa. O laguinho tinha patos e peixinhos, e era feito com a lata da goiabada cascão e tinha até água (hoje o fiscal da dengue não deixaria). O trabalho era esmerado e ai se a gente quebrasse um dos bonequinhos, muito bem feitos de gesso. O que acontecia às vezes, quando inventávamos lutas para os personagens, fazendo com que no ano

seguinte houvesse pastor com uma perna só, José com a cabeça faltando pedaço e a lembrança de uma dolorida varada de marmelo. O interessante é que os três reis magos (há rei mago? Se eu fosse mago não sei se queria ser rei e vice-versa!) iam caminhando e no dia do Natal estavam perto da manjedoura com os presentes. O mais importante no dia do Natal era a missa do galo, à meia-noite, o único dia no ano que nossos pais deixavam ficar acordados até mais tarde, cri-

anças e adolescentes. Naqueles tempos do século passado, não havia essa quantidade de brinquedos. Ganhávamos um só, que serviria para brincar o ano inteiro e era bem simples. Não havia essa inflação de Papais Noéis que hoje se encontram em cada esquina. O velhinho tinha uma tarefa educativa, não servia, como hoje, para vender telefones celulares e até cerveja. Quem via um Papai Noel ficava famoso, por mais que tivesse ficado agarrado nas pernas da mãe ou chorasse no colo dele. Outra diversão era ficar pintando bolachas de mel com um palito e um preparado de

clara de ovo batida e anilina. E no dia de Natal, cantávamos Noite Feliz com alegria real, pois era uma noite feliz.

Mas... engraçado, todas essas lembranças estão me dando uma certa tranquilidade, me deixando feliz. Acho que se quando era criança tudo isso acontecia, por que eu não posso hoje fazer como meus pais faziam? Chega de reclamar da época utilitarista, do Natal pagão. Vou fazer a minha parte. Vou fazer meu presépio e sair nas noites atrás da estrela guia. Vou encontrar o Menino Jesus e mostrar que ele é mais importante que o velho barbudo.

(*) Advogado da CAIXA em Londrina/PR